

# Desbloquear o debate

VICENTE BARRETO

Pior do que o mito segundo o qual a educação, por si mesma, traz soluções para todos os problemas sociais, só a descrença e o menosprezo pelos efeitos modificadores e até revolucionários que ela pode gerar em determinadas circunstâncias. Na avaliação dos méritos da educação, como em vários outros aspectos da vida nacional, temos oscilado ciclotimicamente entre os extremos da euforia e da depressão.

A última vaga de euforia registrada trouxe como conseqüência a multiplicação dos estabelecimentos de ensino do terceiro nível; a outra, também recente, difundiu a crença de que a construção de escolas e a distribuição de merenda resolvem por si só a questão da qualidade do ensino.

Enquanto ocorria a proliferação de escolas de nível superior, deixava-se o ensino básico à matroca. De reforma em reforma, de experiências pedagógicas em experiências pedagógicas, o ensino de 1º e 2º Graus foi decaindo de qualidade até chegar à situação atual. A comunidade, a maior interessada neste nível de ensino, — pois é através dele que se forma a cidadania e dão-se os conhecimentos necessários para a participação do indivíduo na sociedade letrada — constata que seus professores ganham cada vez menos e o desempenho das escolas públicas torna-se cada vez mais deficiente.

Nenhuma ocasião é mais oportuna do que esta para se discutir a sério a educação brasileira, até porque está reunida uma Assembléia Nacional a fim de escrever uma nova Constituição. A Constituição, por certo, não é a panacéia proposta nos palanques. Mas os que vão redigi-la já farão muito se desbloquearem a discussão sobre o sistema educacional; e se em seguida estabelecerem preceitos constitucionais que dêem sentido prático à proclamação da tarefa educativa como uma das prioridades nacionais.

Mas o fato é que nas difíceis condições de declínio e descontrole a que chegou, a educação brasileira precisa de algo mais do que prioridade administrativa. Antes desta, seria necessário encontrar um meio de engajar os mais diferentes setores da população em um esforço educativo. Sem que esta mobilização se dê, é difícil sairmos da estaca zero. Como imaginar que o sistema, imobilista, formalizado e inoperante, modifique-se de dentro para fora? Será indispensável uma forte pressão externa para que o sistema finalmente admita que, face a um quadro de desesperadas carências, é luxo continuarmos a pensar a escola fundamental como campo de experimentação pedagógica. Quando o importante é educar e há um mundo de obstáculos a vencer, desformalizar é preciso, administrativa e pedagogicamente. As gerações que fizeram a riqueza dos países que hoje são o Primeiro Mundo, foram educadas na própria comunidade. E nem por isto tiveram uma educação de má quali-

dade.

De outro lado, é preciso que deixe de ser palavrório vazio o reconhecimento de que não se avançará sem começar por baixo. A efetiva universalização do ensino básico deveria ser um ponto de honra da Assembléia Constituinte, onde se supõe o predomínio de uma corrente de liberais modernos e sociais-democratas, preocupados com os problemas sociais. A educação de baixo para cima, como objetivo mobilizador da sociedade, desaguará na descentralização. Mas o fato de o ensino básico passar aos Municípios não significa que o poder federal deva lavar as mãos. No momento, só ele tem meios de, modificando suas próprias estruturas, fazer com que a descentralização não seja uma frustração a mais. Pelo menos até que a federação seja de fato restaurada e os Municípios tornem-se administrativamente adultos, a União terá de assumir a dupla responsabilidade de provê-los de recursos e ensinar-lhes como usá-los. Descentralizar não é omitir-se. É dividir tarefas.

O papel do Estado na educação não pode ser o de feitor legiferante. É necessário que tenha uma postura democrática, criando condições para que a própria comunidade possa garantir, através da escola pública, uma educação de qualidade para todos.

Vicente Barreto é professor de Filosofia de Direito e Presidente da Fundação Educar.